

Revolução Gerencial

O Brasil pode tirar algum proveito do desarranjo nas contas públicas produzido pela crise financeira que sacudiu as bolsas e os mercados de câmbio e de títulos públicos nas últimas semanas. Além de o episódio evidenciar a necessidade urgente de se fazerem as reformas estruturais, é oportunidade imperdível de se iniciar reflexão profunda sobre a crônica ineficiência gerencial do Estado.

A drástica elevação dos juros básicos da economia e o deságio dos títulos brasileiros no exterior custarão caro ao país. A alta dos juros elevou os gastos com o serviço da dívida. A retração dos investidores dificultará a sua rolagem no mercado internacional e prejudicará o programa de privatizações. Com isso, restarão ao governo três alternativas para equilibrar o balanço de pagamentos: conseguir empréstimo junto ao FMI, cortar fundo nas despesas orçamentárias e fazer as reformas estruturais do Estado.

Como o empréstimo será o último recurso e as reformas, se votadas agora, só resultarão em economia efetiva a médio e longo prazos, a solução imediata será cortar despesas já alocadas no orçamento. Corte que será mais ou menos doloroso, principalmente na área social, dependendo da capacidade gerencial dos ministérios e outros órgãos públicos. O governo poderá avaliar a capacidade de adaptação e de gestão dos seus administradores. E refletir sobre a oportunidade de uma reforma gerencial que poderia dar resultados a curto prazo sem reduzir a qualidade dos serviços.

A administração pública brasileira precisa

acompanhar o movimento geral de modernização por que passa o planeta. Nunca o país necessitou tanto de uma revolução gerencial em todos os níveis quanto agora em que começa a acertar o passo na economia.

O Brasil gasta, por exemplo, de 4% a 4,5% do Produto Interno Bruto em educação, enquanto a sua população tem apenas 3,5 anos de escolaridade média. A Coreia consegue 11 anos de escolaridade média investindo 4% do PIB. Argumentar que se gasta pouco em educação, ou em saúde, não significa absolutamente nada se não forem revisados todos os processos gerenciais e de se saber como são gastos os recursos para essas áreas.

No Brasil as verbas orçamentárias são definidas, historicamente, a partir dos gastos feitos no exercício anterior. Nenhum ministério ou órgão público elabora orçamento a partir de base zero. Não se elabora planejamento de acordo com projetos, apenas se atualiza recursos de acordo com despesas efetuadas em exercícios findos.

A modernização do Estado brasileiro, com a introdução de novas técnicas de gerência e análise de despesas por projetos, economizaria certamente o suficiente para equilibrar as contas nacionais. Isso liberaria o governo para investir os recursos economizados com as reformas estruturais de longo prazo e com as privatizações para investimentos. Somente com a formação de poupança, resultante dessa revolução, o país poderá dar novos saltos de desenvolvimento e preparar-se para o próximo século.